

-----**ACTA 10/2011**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 18 de Abril de 2011**-----

-----Aos dezoito dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Faltou o Senhor Vereador José Carlos Silva, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a seguinte intervenção:----

-----“1 - Bar Clorofila.-----

-----Gostaria de ser informado em que estado se encontra o concurso para concessão do bar da Zona Norte?-----

-----2 - Corte de Eucaliptos.-----

-----Verifiquei que os Eucaliptos existentes no espaço atribuídos às futuras hortas de “terapia ocupacional” do sr Vereador Pedro Ribeiro, situadas no topo da avenida da Liberdade, cerca de meio hectare, num negócio estimado em cerca de 1.500,00 €, já foram cortados.-----

-----Gostaria de ser informado acerca do concurso que foi efectuado para venda daquele património municipal e gostaria de

ter acesso a cópia da documentação do referido concurso.-----
-----3 - ALDESC - Joana Pernas.-----
-----Na Reunião de 5 de Janeiro de 2009, tive oportunidade de
intervir, afirmando:-----
-----1º - Não está a ser cumprida a decisão da Assembleia
Municipal de Almeirim, que decidiu, nos termos legais, a
integração dos trabalhadores nos quadros da Câmara Municipal de
Almeirim;-----
-----2º - Não foi cumprida a decisão, nos termos da lei do
inspector do trabalho, que já teve intervenção neste processo, a
pedido dos trabalhadores. A Câmara de Almeirim vai ser, se é que
não foi já, notificada pela IGT para assumir todos os
trabalhadores da extinta empresa, com base no artº 318 do Código
de Trabalho. A Inspeção Geral de Trabalho, em articulação com a
IGAL, não tem qualquer dúvida sobre a matéria e disso já deu
conhecimento ao Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----
-----Após a notificação, a Câmara cumpre ou não cumpre, se não
cumprir o processo será remetido a Tribunal. Espero que não, a
Câmara já tem processos de sobra e pode aproveitar esta
oportunidade para restabelecer a legalidade no processo.-----
-----Ora, na última reunião do Executivo, no ponto: 3 -
Apreciação e Aprovação da Proposta de Alteração ao Mapa de
Pessoal com a inclusão de 1 Técnico Superior, 2 Assistentes
Técnicos, 5 Assistentes Operacionais;-----
-----Foi deliberado integrar todos os trabalhadores no quadro da
autarquia. A minha pergunta tem a ver com a funcionária Joana
Pernas, afinal a única sacrificada em todo este processo.-----
-----Pergunto directamente ao Sr. Vereador Pedro Ribeiro, se não
será da mais elementar justiça, voltar a integrar esta
funcionária nos quadros da autarquia.-----
-----Recordo, a propósito, parte da carta tornada pública pela
referida funcionária:-----
-----"Perguntem ao vosso Presidente de Câmara e Vice-Presidente
o que me estão a fazer! Trabalho para o Concelho de Almeirim há
sete anos, terra onde nasci e fui criada e de que até então

sempre me orgulhei! Ribatejana de gema!-----
-----Sempre trabalhei com todo o meu afinho e dedicação porque
tenho a sorte de adorar o que faço! E agora... no dia 19 de
Dezembro recebo, como todos os funcionários e juntamente com o
ordenado, uma carta que nos informava que a ALDESC iria ser
extinta e que iríamos cessar as nossas funções a 31 de Dezembro
do presente ano.-----
-----Qual foi o meu espanto quando juntamente com o meu ordenado
vinha uma indemnização supostamente pelos meus anos de trabalho
na referida empresa.-----
-----Ora.....eu nem uma carta de despedimento recebi da ALDESC!
Apenas recebi um ofício da Câmara Municipal de Almeirim a dizer
que fui excluída do concurso a que me propus para o meu próprio
lugar!!! Bem, que coisa bonita! Passo de efectiva a despedida!--
-----Quando o meu direito e o de todos os meus colegas é de
passar automaticamente para o quadro de efectivos da C.M.A.!----
-----3 - Largo entre o Jardim de Infância nº 3 e o Edifício
Alfa.-----
-----Sugiro que seja elaborado projecto adequado, simples e
bonito, para aquele espaço e que o mesmo possa ser executado com
os meios da autarquia. Não é admissível continuar naquele
estado."-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que o concurso para
concessão do Bar da Zona Norte, se encontra neste momento em
fase de audiência prévia.-----
-----Em relação ao corte dos eucaliptos, o Vice Presidente
informou que se deu lugar aos procedimentos concursais legais,
que só houve um concorrente, o qual já pagou 2.500€ para ficar
com a madeira.-----
-----Relativamente à ALDESC, disse:-----
-----"Daquilo que depende de mim, quando a CCDR e/ou a DGAL e/ou
a Inspeção Geral da Administração do Território, ou a
Secretaria de Estado, que nos tutela nos der ordem para integrar
todos os funcionários, por mim é no mesmo dia. Haja quem dê essa

ordem! É falso que a CCDD nos tenha dito para integrar as pessoas".-----

-----Por fim esclareceu que está previsto para o Largo entre o Jardim de Infância nº 3 e o Edifício Alfa, um pequeno jardim, esplanadas para os cafés, um parque infantil, sendo proibido a passagem de carros, a não ser pontualmente para cargas e descargas.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que na Estrada que liga Almeirim à Tapada, se vai proceder ao corte de mais árvores e que irão ser plantadas cerca de 200, mais concretamente amieiros. Em resposta ao Vereador Francisco Maurício que falou da falta de consideração pelos utentes que utilizam aquela estrada para os seus trabalhos, escolhendo um horário menos prejudicial, ou se terem cortado aquando do fecho da Ponte D. Luís, o Senhor Vice Presidente disse que no início o previsto era serem cortadas "meia dúzia" de arvores, mas na verdade a intervenção veio a ser muito maior, não havendo capacidade para se fazer tudo.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse reconhecer as dificuldades do processo respeitante à ALDESC e questionou como foi feita a reintegração do pessoal das escolas, para eventualmente se usarem os mesmos procedimentos, ao que o Vice Presidente respondeu foi através de concurso, esclareceu que o Ministério da Educação podia renovar os contratos por 6 ou 7 anos e que a Autarquia não pode. Nos caso do pessoal das escolas, em que os contratos eram a termo certo, foi através de concurso que foi feito o ingresso nos quadros da Câmara.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício colocou a seguinte questão, se para o caso da ALDESC, a Câmara não carece de autorização superior para proceder à abertura de concurso, o Senhor Vice Presidente respondeu que não, pois as Autarquias têm autonomia administrativa e financeira para contratar pessoal, o que não acontece com outros departamentos do Estado, em que

primeiro têm de pedir autorização ao Ministérios das Finanças e só depois é que podem abrir concursos.-----

-----O Senhor Presidente solicitou ao Executivo que fosse aditado um ponto à Ordem de Trabalhos, respeitante à 1ª Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almeirim, o que por todos foi aceite, passando assim, a ser o ponto 8.-----

-----Informou também o Senhor Presidente, que relativamente à tolerância de ponto para Quinta-Feira Santa, a Câmara irá seguir o calendário que o Governo adoptar.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Manuel Freitas Caniço, treze de dois e onze.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:----

-----Carla Marisa Daniel Calisto Baptista, dezoito; Edmundo Manuel Ribeiro Moreira, trinta e cinco; Ana Rita da Silva Neves Edversen, sessenta e quatro; Andreia Florêncio Caniço Rafael Bento, oitenta e três - zero sete A, todos de dois mil e dez; Hortopaços - Cooperativa Agrícola Comercialização Hortofrutícola, CRL, dezasseis; Sitoflor Ibérica - Sociedade Agrícola, Lda, ambos de dois mil e onze.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE

COLABORAÇÃO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM E A ESES -
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SANTAREM -----

-----Foi presente o mail emanado da Escola Superior de Educação,
com informação de alteração ao protocolo assinado entre a Câmara
de Almeirim e a ESES em Agosto de 2010. Enviam ainda, o novo
protocolo, para que seja assinado e devolvido.-----

-----A minuta de protocolo foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPRA APRESENTADA
POR MARIA DE FATIMA JORGE BAPTISTA PARA MORADIA Nº 23 DO BAIRRO
ANCOFA-----

-----Foi presente a informação da Técnica Superior, Cláudia
Afonso, da Divisão de Habitação e Urbanismo do seguinte teor:---

-----"Habitação Social - Maria de Fátima Jorge Leitão Baptista--

-----A Requerente, arrendatária da moradia nº 23 do Bairro
Ancofa em Fazendas de Almeirim, vem informar que está
interessada na aquisição da sua moradia, pelo valor de
3.641,00€, no prazo de 3 anos, mediante o pagamento de 35
prestações de 100€ + 1 prestação de 141€, pelo que se deixa o
pedido à consideração de Exmª Câmara".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a venda,
mediante o plano de pagamento a prestações proposto pela
requerente.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE REGULAMENTO DE
URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO CONCELHO DE ALMEIRIM-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta a seguir
transcrita:-----

-----"Tendo em conta a harmonização que está a ser efectuada
pela generalidade dos Municípios da CIMLT no âmbito dos seus
regulamentos municipais.-----

-----Proponho a aprovação e envio posterior à Assembleia
Municipal do Regulamento de Urbanização e Edificação do Concelho

de Almeirim, em anexo".-----

-----O Projecto de Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação, está anexo a esta acta, dela fazendo parte integrante.-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade, sendo o assunto remetido para Inquérito Publico.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROJECTO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DO "CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM".-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Considerando que à data da aprovação, a localização não estava em conformidade com o PDM, sendo portanto nula a deliberação de aprovação do projecto;-----

-----Considerando, a posterior alteração desse instrumento de gestão territorial que viabiliza a construção do Centro Escolar naquele local;-----

-----Considerando que por facto se torna necessário agora à luz do PDM alterado, voltar a provar o projecto do Centro Escolar, expurgado dos vícios de que a deliberação inicial padecia.-----

-----Proponho:-----

-----Nos termos das disposições conjugadas do nº 1 do artigo 36º, com o artigo 38º ambos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, com os artigos 1º e 5º do Decreto Lei nº 34/2009, de 6 de Fevereiro, com a alínea b) do nº 1 do artigo 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja autorizada a despesa, aprovado o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra, bem como aprovada a decisão de contratar através de procedimento por ajuste directo para a

empreitada: "Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim".-----

-----Acompanha esta proposta informação do Senhor Arquitecto Artur Sampaio, e ainda parecer do Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Victor Batista, que passo a transcrever.-----

-----Informação interna do Senhor Arquitecto: " Tribunal Administrativo de Leiria. Contactei telefonicamente (28 de Fevereiro) a Procuradora da Republica Dr^a Ana Branquinho Dias que me informou da necessidade de aprovação pelo Executivo Municipal do Projecto do Centro Escolar de fazendas de Almeirim, uma vez que a anterior aprovação é nula por desacordo com o Plano Director Municipal."-----

-----Parecer do Consultor Jurídico:"Confirmo a necessidade de nova aprovação, dado que, como foi declarada a nulidade por violação do PDM, todos os actos subsequentes, entre os quais, a aprovação do projecto, não produzem efeitos, pelo que têm de ser repetidos".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que é preocupante ter uma obra daquelas na situação em que encontra, e como o que levou à nulidade dos actos, foi um desrespeito pelo PDM, e o facto da Câmara não poder adjudicar a obra, colocou a seguinte questão:"Quais os procedimentos que vão ser praticados, já que os outros foram nulos?"-----

-----O mesmo Vereador chamou a atenção para que se proceda de acordo com pareceres escritos que devem ser solicitados à CCDR, já que é esta entidade que vai dar o parecer final. Concluiu dizendo que este é um processo polémico, a forma como nos é apresentado é de duvidosa legalidade e deve-se ter em atenção a maneira como vai ser solucionado, para que Inspeção da União Europeia ou outras não venham a colocar em causa o financiamento por ser ilegal.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria com os votos do PS, e dois votos contra da CDU e MICA.--

-----O Senhor Vereador representante do MICA, leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Quero notar, em primeiro lugar, que não reconheço qualquer legitimidade à informação interna de 4 de Março de 2011. Exijo que seja presente a comunicação oficial do respectivo tribunal, sob pena deste ponto ser retirado da Ordem de Trabalhos. Lamento, mas não dou qualquer credibilidade a uma informação telefónica que pode ser, a qualquer momento, desmentida pela sra. Procuradora, invocando má compreensão da informação.-----

-----Depois, quero recordar que se eventualmente o acto foi considerado nulo, o foi em toda a sua extensão. Entendo, pois que deveríamos, em primeiro lugar, revogar todas as deliberações deste Executivo, no que ao Centro Escolar diz respeito.-----

-----Quero também responsabilizar a maioria do PS por todos os eventuais atrasos e prejuízos que possam ser causados aos alunos de Fazendas de Almeirim. A CULPA É EXCLUSIVAMENTE DE QUEM TEIMOU EM CONSTRUIR ALI O Centro Escolar, contra a opinião de toda a oposição.-----

-----De acordo com o documento que nos foi distribuído esta proposta visa conseguir "por uma via oblíqua" o mesmo resultado que o contrato por ajuste directo que foi realizado nos termos Artigo 5.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 34/2009 publicado na Base de contratos públicos online (www.base.gov.pt) com Data de publicação: 06-10-2009 N.º Procedimento: 501273433 Município de Almeirim, objecto do contrato: Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, celebrado ao abrigo da Deliberação nº1166, de 06-04-2009, publicada na 2ªª Série do Diário da República nº76, de 20-04-2009. Data da celebração de contrato 28-08-2009, com um preço contratual de 1.669.025,09 €, obra participada com fundos comunitários.-----

-----Acontece que a obra do Centro Escolar das Fazendas de Almeirim, já se encontra concluída e tanto quanto julgamos saber o empreiteiro já recebeu o que foi estipulado contratualmente, daqui decorre que a proposta aqui apresentada hoje, viola claramente as normas legais, mas muito mais grave tipifica-se como uma clara fraude à Lei que visa claramente uma prática de fraude para a obtenção de fundos comunitários.-----

-----Relembre-se que esta obra de construção do CENTRO ESCOLAR EM FAZENDAS DE ALMEIRIM, encontra-se aprovada conforme podemos constatar, em "Lista de Operações Aprovadas Eixo 3 - Conectividade e Articulação Territorial Almeirim ALENT-03-0344-FEDER-000457", sendo o Investimento Total aprovado de 1.955.979 de euros, a Despesa Publica Aprovada 575.950 euros e o FEDER 1.343.882 de euros", apesar de reiteradamente aqui termos denunciado que após a " análise das plantas de ordenamento e urbanística de Fazendas de Almeirim, que constituem o P.D.M. de Almeirim, pode verificar-se que a implantação do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim se encontra na área de intervenção das operações urbanísticas que está classificado como Zona de Reserva de Particular, com os condicionalismos a que se referem os nºs 6 do ponto 3.2.3 (ZVP - Zonas verdes particulares localizadas nos interiores dos quarteirões definidos pelas ZHC e destinadas a explorações agrícolas de carácter familiar) do artº 3º do Regulamento do PDM. Podemos também concluir que o presidente da câmara e os vereadores que votaram favoravelmente esta implantação estavam plenamente conscientes que eram nulas estas decisões por violação do PDM em vigor, nos termos do artº 68º alínea a) da RJUE".-----

-----Os serviços de fiscalização da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo constatarem a violação do PDM de Almeirim, actualmente em vigor, na construção da obra do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, de acordo com o Auto de Noticia que foi lavrado em 27 de Maio de 2010, resultante da competente acção de fiscalização realizada em 24 de Maio de 2010. Acresce que para este "contrato de empreitada" segundo julgamos saber teve o visto do Tribunal de Contas, em 16 de Dezembro de 2009, com o nº de registo 1764/09.-----

-----Segundo a informação interna aqui presente do senhor arquitecto Artur Sampaio que descreve "contactei telefonicamente (28 de Fevereiro) a Procuradora da Republica Dra Ana Branquinho Dias que me informou da necessidade de aprovação pelo executivo municipal do projecto do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim,

uma vez que a anterior aprovação é nula por desacordo com o Plano Director Municipal”-----

-----Aqui precisávamos de ser esclarecidos qual foi a razão que levou o senhor arquitecto a contactar a senhora Procuradora da República?-----

-----Tanto quanto julgamos saber a lei permite que este acto, por ser nulo ou padecer de grave ilegalidade, por ter violado o PDM, podia ser revogado pelo executivo municipal, ou anulado pelos Tribunal Administrativo. Como temos a certeza que o executivo não revogou as suas decisões sobre a aprovação da construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, e se de facto essas deliberações foram consideradas nulas, conforme a proposta que aqui nos é apresentada, logo só pode ter sido uma decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, não só a declaração de nulidade como as respectivas consequências jurídicas, decorrentes da violação culposa e reiterada de instrumentos de ordenamento do território e de planeamento urbanístico válidos e eficazes, cuja factualidade provada integra-se na previsão legal dos arts. 8º nºs 1, al. d) e 3 e 9º, als. c) e i), ambos da Lei nº 27/96, de 1 de Agosto?-----

-----Se assim foi qual a razão porque não fomos informados dessa decisão? Onde está essa decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria?-----

-----Anotamos que a prática destas ilegalidades que consubstanciam violação culposa de instrumentos de ordenamento do território e de planeamento urbanístico válidos e eficazes, bem como ilegalidades graves traduzidas na consecução de fins alheios ao interesse público, e não é pelo o facto de ter sido “alterado o PDM com o único objectivo de tentar limpar as ilegalidades” e ter um financiamento comunitário (“CCDR-LVT autorizou a operação para evitar a perda do investimento”) que retira o carácter ilícito à conduta, do presidente da câmara e dos vereadores que apoiaram e votaram favoravelmente as violações do PDM de Almeirim, e num Estado de direito, exige-se não só a aplicação da Lei, como o apuramento das

responsabilidades e respectivas sanções.-----

-----Por tudo isto esta proposta enferma de legalidade por não estar devidamente justificada e fundamentada, visa tão só, e dado que a obra já se encontra concluída, tentar fraudulentamente não ter que devolver a participação comunitária que ilegalmente foi obtida, para uma obra com um projecto de localização ilegal, por violação do PDM, por isso votamos contra, fazemos voto de vencidos e nos termos da Lei vamos apresentar a competente denuncia e participação de mais este atentado ao normal funcionamento deste executivo municipal."-----

-----Declaração de Voto do Vereador da CDU:-----

-----"Ao longo da discussão do ponto, é minha grande preocupação as possíveis consequências que podem advir para o Município de Almeirim, resultantes da aprovação da proposta.-----

-----Creio que o processo começou com uma ilegalidade, que foi o desrespeito pelo PDM, em consequência todos os actos são nulos, conforme parecer do Dr. Vítor Batista, como tal é necessário retomar todos os procedimentos. Nomeadamente o processo de adjudicação da obra suscita-me todas as reservas legais da forma como está a proposta. A maioria da Câmara assumirá as suas responsabilidades. Espero que o Centro Escolar das Fazendas não sofra mais atrasos e entre em funcionamento o mais rapidamente possível."-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO PARA ALMOÇO/CONVIVIO DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL, NA SEDE DA BANDA MARCIAL DE ALMEIRIM-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento da proposta do Senhor Vereador José Carlos, do seguinte teor:-----

-----"Comemorações do 25 de Abril.-----

-----No próximo dia 25 de Abril de 2011 completam-se 37 anos daquela que ainda hoje queremos manter viva, actual e com o espírito de 1974 e a que chamamos "25 de Abril - Revolução dos

Cravos".-----
-----Quero em 1º lugar deixar o convite ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores para acompanharem a Banda de Almeirim pelo percurso que anexo.-----
-----Quero em 2º lugar propor ao executivo que aprove a atribuição de um subsidio no valor de 350€ que proporcionará um almoço/convívio na sede da Banda Marcial de Almeirim, mantendo o espírito de Abril, para músicos, convidados e alguns familiares num total de cerca de 70 pessoas (5€ por pessoa).-----
-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO IMOVEL DE INTERESSE MUNICIPAL DO CONJUNTO EDIFICADO REFERENTE AOS N°S 35,37 E 39 DA RUA ALMIRANTE REIS EM ALMEIRIM, NOS TERMOS DO ARTº 57º DO D.L. 309/2009 E N° 6 DO ARTº 15º DA LEI 107/2001-----
-----O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta:---
-----"De acordo com o artigo 57º do D.L. 309/2009 e da Lei 107/2001 e tendo em conta todos os antecedentes processuais, proponho a classificação do imóvel como de Interesse Municipal do conjunto edificado referente aos n°s 35, 37 e 39 da Rua Almirante Reis".-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse:"Temos a possibilidade de vir a classificar aquele imóvel, porque houve uma cidadã deste Concelho que a comprou e a recuperou. É com muito agrado que voto favoravelmente esta proposta. Aquele quarteirão deveria ter o mesmo tratamento até à casa do Sr. Álvaro Rodrigues."-----
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício também referiu que congratula a iniciativa que tem por objectivo preservar aquela parte do Património Municipal.-----
-----Posta a votação a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM PARA O ANO DE 2011-----

-----O Senhor Presidente apresentou a proposta abaixo transcrita:-----

-----"Havendo a necessidade de proceder a alguns ajustamentos ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almeirim para o ano de 2011, aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal na reunião de 15 de Dezembro de 2010 e na sessão ordinária de 30 de Dezembro de 2010, respectivamente, ajustes devidos à reorganização dos serviços imposta pela então entrada em vigor do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, conforme organograma anexo, pela Aposentação, falecimento e cessação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo e desempenho de funções em regime de mobilidade interna intercategorias de alguns trabalhadores e, ainda, pela criação de novos postos de trabalho, proponho as seguintes alterações ao respectivo Mapa de Pessoal, conforme a seguir são apresentadas:-----

-----Alteração da designação da Divisão Apoio Gestão.-----

-----Alteração por fusão da Divisão de Obras Municipais com a Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, para a agora designada Divisão Ambiente e Obras, implicando a extinção de um posto de trabalho de Chefe de Divisão em postos de trabalho AP - A Preencher.-----

-----Alteração por fusão da Divisão de Acção Sócio-Cultural com a Divisão Desportiva, para a agora designada Divisão Sócio-Cultural, implicando a extinção de um posto de trabalho de Chefe de Divisão em postos de trabalho AP - A Preencher.-----

-----Divisão Ambiente e Obras/Ambiente e Serviços Urbanos, alteração de um posto de trabalho de Assistente Operacional/Jardineiro de P - Preenchido para AP - A Preencher, pela passagem à situação de aposentado do seu titular.-----

-----Divisão Ambiente e Obras/Ambiente e Serviços Urbanos, alteração de um posto de trabalho de Assistente Operacional/Motorista de Transportes Colectivos de P - Preenchido para AP - A Preencher, pelo falecimento do seu

titular.-----

-----Divisão Ambiente e Obras/Obras Municipais, alteração de um posto de trabalho de Assistente Operacional/Asfaltador de P - Preenchido para AP - A Preencher, pelo falecimento do seu titular.-----

-----Divisão Sócio-Cultural/Desporto, extinção de um posto de trabalho preenchido a termo resolutivo certo na carreira/categoria de Assistente Operacional, por caducidade do respectivo contrato.-----

-----Divisão Sócio-Cultural/Desporto, criados por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 11 de Abril de 2011, para celebração de contrato de trabalho em funções publicas por tempo indeterminado, os seguintes postos de trabalho - A Preencher:---

-----a) 1 técnico superior;-----

-----b) 2 assistentes técnicos;-----

-----c) 5 assistentes operacionais.-----

-----Divisão Sócio-Cultural/Educação, criados por deliberação da Câmara Municipal nas reuniões de 31 de Janeiro de 2011 e 7 de Fevereiro de 2011, respectivamente, para celebração de contrato de trabalho em funções publicas por tempo indeterminado, os seguintes postos de trabalho - A Preencher:-----

-----a) 10 assistentes técnicos;-----

-----b) 13 assistentes operacionais.-----

-----Caso a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovem a presente proposta de alteração, terá o orçamento aprovado e em vigor de ser dotado dos encargos resultantes das alterações introduzidas, designadamente a rubrica que define os encargos máximos a suportar com os novos recrutamentos.-----

-----Em anexo, segue o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almeirim, actualizado no que respeita a postos de trabalho Preenchidos e A Preencher, face às ocorrências desde a sua aprovação, incluindo já as alterações constantes da presente proposta."-----

-----O Mapa de Pessoal acima mencionado, fará parte integrante desta acta.-----

-----Posta esta proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----DIREITO DE PREFERENCIA - O Senhor Vice Presidente apresentou o pedido em nome de Carla Marina Pacheco Peleira Pacheco, a solicitar emissão de certidão de eventual uso do direito de preferência por parte da Autarquia, da venda que vai fazer da fracção autónoma designada pela "B", correspondente ao rés do chão esquerdo, do lote 29, sito na Avenida D. João I, em Almeirim. Informou que atendendo à urgência por parte da requerente, despachou o referido requerimento, sendo presente a reunião para ratificar.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o pedido.-----

-----DEBITO AO TESOUREIRO - Presente a informação do Assistente Técnico da Autarquia, Carlos Matos, do seguinte teor:-----

-----"Informo V.Ex^a que já foram notificados através de carta registada com aviso de recepção os feirantes da lista anexa para procederem ao pagamento de uma dívida para com o município, os quais não regularizaram.-----

-----Para que se possa dar andamento aos pagamentos dos terrados da feira mensal e dando cumprimento ao despacho do Sr. Presidente, a fim de ser submetida a deliberação do órgão executivo, e posteriormente debitada ao Tesoureiro desta Câmara Municipal, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro".-----

----- A lista anexa acima referida, refere-se aos feirantes com dívida à Câmara, no valor de 20.862,26€.------

-----Foi deliberado por unanimidade proceder ao débito ao Tesoureiro.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - Presente o pedido desta Associação, a solicitar apoio para a realização da

25ª Edição dos "20 Kms de Almeirim" - Rota da Sopa da Pedra" - e "Mini 20 Kms de Almeirim".-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência do valor igual ao atribuído aquando da realização da 24ª Edição, no ano de 2010, cujo valor foi 8.691,70€.-----

-----CENTRO AMADOR DE DESPORTO E CULTURA DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE KARATÉ - Solicitam apoio para a realização da V Taça da Karaté Cidade de Almeirim, a realizar dia 14 de Maio do corrente ano.--

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 350 euros, para apoio.-----

-----FUTALMEIRIM - Solicitam apoio para aquisição de carrinha, para transporte de atletas, no valor de 14.750€, conforme factura proforma que anexam.-----

-----Foi deliberado apoiar em 50% do valor, a que correspondem 7.375€. O Senhor Vice Presidente não esteve presente na votação deste assunto.-----

-----HOQUEI CLUBE "OS TIGRES" - Solicitam apoio para pagamento da taxa de alteração que lhes foi imputada pela Federação de Patinagem de Portugal, devido a alteração de hora do jogo nº 1639 - CN Juvenis Sul C., cujo valor é de 142.50€.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência do valor acima referido.-----

-----LIMPEZA DE FOSSA - A Senhora Vereadora Maria Emília apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Considerando que no lugar da Azeitada, freguesia de Benfica do Ribatejo, não há rede de esgotos em toda a sua extensão, as fossas familiares enchem com alguma frequência e nesse lugar habitam famílias com fracos recursos económicos, proponho que seja anulada a taxa de limpeza da fossa - ordem de serviço nº 51/2011, no valor de 18,45€ à munícipe Emília Mendes Fernandes Cristina por ser viúva e se encontrar desempregada".--

-----Foi deliberado por unanimidade isentar o pagamento relativo à O.S. 51/2011 no valor de 18,45€.

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social com o pedido em nome de Marisa Trindade Leite, residente na Rua Moinho de Vento, nº 1, em Almeirim. É solicitado apoio para pagamento de 250 euros referente ao valor da renda de casa da requerente, que tem um mês em atraso.

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência do valor acima referido, respeitante ao valor de um mês de renda de casa.

-----LOTE NA ZONA INDUSTRIAL - Foi presente o requerimento em nome de Raposo - Comercio e Aplicação de Revestimentos S.A., do seguinte teor:

-----"Raposo - Comercio e Aplicação de Revestimentos S.A., com sede na Zona Industrial Lote 81 - 2080 Almeirim, NIF 504267930, vem requerer a V.Ex^a autorização para vender o lote de terreno/edifício sito em lote 48 na Zona Industrial de Almeirim, cuja escritura de compra do direito de superfície foi lavrada em 14/03/2002. O valor da venda será de 200.000,00€ (duzentos mil euros) à empresa Janelas de Frescura - Frutas e Hortícolas, Lda, Rua Santa Catarina, nº 5 - Portela das Padeiras - 2005 463 Santarém - NIPC: 508737966 por meio de locação financeira da Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito Lda com sede - Avenida 5 de Outubro, 175-12º, 1050 053 Lisboa."

-----Parecer do Consultor Jurídico da Autarquia:

-----"A Câmara tem o poder de autorizar a venda do lote ou de exercer o direito de preferência.

-----Assim, deve a Câmara deliberar se autoriza a venda ou, em alternativa se exerce o direito de preferência na venda, ou ainda se autoriza a venda e não exerce o direito de preferência. Não tem aplicação o novo RZAE dado ter havido transmissão autorizada em 1999, e ter existido a venda da propriedade de raiz em 2002".

-----Dado o teor da informação, foi deliberado por unanimidade autorizar a transmissão do referido lote.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros ao serviço das seguintes entidades:--

-----Lar de S. José, 188,14€; Desporto Sénior, para transporte à Chamusca, 110,82€; Escola Febo Moniz, 227,17€; Centro Paroquial de Almeirim, 6,21€; Bombeiros Voluntários de Almeirim, 172,04€; USAL, 395,96€; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol, 534€; Scalabis, 354€; Jardim de Infância de Foros de Benfica, 45,82€.-----

-----ATERRO SANITARIO - O Senhor Presidente convidou o restante Executivo, para uma visita a realizar dia dois de Maio de 2011, pelas 10horas ao Aterro Sanitário.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica